

Relatório UTAO n.º 7/2023

Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a dezembro de 2022

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do
Sector Público Empresarial

25 de maio de 2023

Ficha técnica

A análise efetuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República. Nos termos da [Lei n.º 13/2010, de 19 de julho](#), a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe assessoria técnica especializada através da elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre gestão orçamental e financeira pública.

Este estudo, orientado e revisto por Rui Nuno Baleiras, foi elaborado por António Antunes.

Título: Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a dezembro de 2022

Coleção: Acompanhamento das Parcerias Público-Privadas e do Sector Público Empresarial

Relatório UTAO N.º 7/2022

Data de publicação: 25 de maio de 2023

Data-limite para incorporação de informação: 15/05/2022

Disponível em: https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO_Unidade-TecnicadeApoioOrcamental.aspx

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Tabelas	i
Índice de Gráficos	i
Índice de Caixas.....	i
Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos	ii
Sumário executivo	1
1 Introdução	3
2 EBITDA e resultado líquido.....	5
3 Receitas e gastos totais.....	7
4 Dívida	8
Anexo: Dados numéricos e terminologia do SEE.....	11

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização das empresas públicas: SEE, SEL e SER	4
Tabela 2 – Situação Financeira do SEE: 4.º trimestre de 2021 vs 4.º trimestre de 2022	11

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – EBITDA e Resultado Líquido, 4.º Trimestre 2021 vs 4.º Trimestre 2022.....	6
Gráfico 2 – Receita e gastos totais, 4.º Trimestre 2021 vs 4.º Trimestre 2022	7
Gráfico 3 – Dívida, 4.º Trimestre 2021 vs 4.º Trimestre 2022.....	9

Índice de Caixas

Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira	11
---	----

Tabela de siglas, abreviaturas e acrónimos

Sigla/abreviatura	Designação
AP	Administrações Públicas
AR	Assembleia da República
CMVMC	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i> , designação inglesa para "Resultados Antes de Juros e Impostos"
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation</i> , designação inglesa para "Resultados Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações"
EPF	Empresa(s) Pública(s) Financeira(s)
EPNF	Empresa(s) Pública(s) Não Financeira(s)
EPNR	Empresa(s) Pública(s) Não Reclassificada(s)
EPR	Empresa(s) Pública(s) Reclassificada(s)
M€	Milhões de Euros
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
p.	Página
pp.	Páginas
p.p.	Ponto(s) percentual(is)
PPP	Parceria(s) Público-Privada(s)
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEL	Sector Empresarial Local
SER	Sector Empresarial Regional
SERAA	Sector Empresarial da Região Autónoma dos Açores
SERAM	Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SPE	Sector Público Empresarial
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental
vs	Versus

Sumário executivo

- 1. Este relatório analisa a situação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado (SEE) no ano de 2022, colocando-a em perspetiva com o desempenho alcançado no ano anterior.** Os parágrafos abaixo resumem as principais conclusões da UTAO, que se encontram devidamente justificadas nas secções seguintes. A informação apresentada abrange um subconjunto de 129 empresas, para as quais existe informação financeira reportada em SiRIEF, sendo o universo total de 141 empresas.
- 2. Nos termos mais agregados, emergem duas conclusões sobre o desempenho económico-financeiros das empresas públicas incluídas no SEE: 2022 trouxe melhor desempenho homólogo em todos os indicadores para o conjunto do SEE; a comparação com o ano anterior é assimétrica entre categorias de empresas.** O subconjunto financeiro melhorou e o não-financeiro piorou; o subconjunto de empresas fora do sector das Administrações Públicas (AP) melhorou e o subconjunto dentro das AP piorou. Estes traços assimétricos acontecem no EBITDA, no Resultado Líquido, na Dívida e nos rácios rentabilidade do ativo e rentabilidade do capital próprio.
- 3. Em 2022, as empresas que integravam o SEE aumentaram os níveis de EBITDA e recuperaram o Resultado Líquido, que passou a apresentar-se positivo para o conjunto das empresas analisadas.** Em termos desagregados, a melhoria do EBITDA registou-se nas Empresas Públicas Financeiras e nas Empresas Públicas Não Reclassificadas, enquanto as Empresas Públicas Não Financeiras e as Empresas Públicas Reclassificadas registaram uma degradação deste indicador face ao ano anterior. De igual forma, as EPF e as EPNR registaram uma melhoria homóloga do Resultado Líquido, ao passo que as Empresas Públicas Não Financeiras e as Empresas Públicas Reclassificadas registaram uma diminuição do Resultado Líquido. O nível de EBITDA registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE aumentou 251 M€ em 2022 face ao ano anterior, em virtude de o crescimento dos gastos totais (+1072 M€) ter sido inferior ao da receita total (+1323 M€). Os Resultados Líquidos recuperaram face ao ano anterior (+177 M€): partindo de um valor que se apresentava negativo em 2021 (- 174 M€), recuperou para +3 M€ em 2022.
- 4. No seu conjunto, as empresas que integravam o SEE registaram, em 2022, aumentos da receita total e dos gastos totais, face ao ano anterior. O desempenho das EPF e das EPNR apresenta-se distinto na medida em que, coletivamente, a melhoria da receita total alcançada em 2022 superou largamente o acréscimo de gastos totais registado no mesmo ano.** O impacto agregado foi positivo (+ 251 M€), com reflexo direto no EBITDA alcançado. O desempenho das Empresas Públicas Não Financeiras foi diferente do do universo SEE observado, uma vez que o acréscimo de receita total alcançado em 2022 foi ultrapassado pelo aumento dos gastos totais nesse mesmo ano. Tendo em conta o perímetro orçamental do sector AP, é de referir que o impacto do exercício económico de 2022 foi negativo entre as Empresas Públicas Reclassificadas para dentro do perímetro orçamental, as quais registaram um aumento homóloga dos gastos totais (+805 M€) muito superior ao acréscimo de receita total (+641 M€). No mesmo sentido, em 2022, o conjunto das Empresas Públicas Reclassificadas registou uma redução do EBITDA (- 165 M€) e do Resultado Líquido (- 137 M€). Por seu lado, o desempenho das Empresas Públicas Não Reclassificadas em 2022 permitiu alcançar um maior nível de receita total (+682 M€) e que superou o acréscimo dos respetivos gastos (+266 M€).
- 5. O stock global de dívida das empresas que integram o SEE diminuiu em 2022.** Este resultado foi alcançado com contributos heterogéneos das várias categorias de empresas públicas: diminuição da dívida entre as Empresas Públicas Financeiras e Empresas Públicas Não Reclassificadas versus aumento da dívida nos subconjuntos Empresas Públicas Não Financeiras e Empresas Públicas Reclassificadas.

1 Introdução

6. Este relatório analisa a situação económico-financeira das empresas públicas em 2022. Para o efeito, recorre a uma série de indicadores, retirados da contabilidade das empresas, organizada segundo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), para comparar o desempenho do universo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, face ao período homólogo de 2021. Os dados adiante apresentados correspondem ao relato financeiro do quarto trimestre, que acumula informação desde o início do ano económico respetivo.

7. Em geral, as organizações de tipo empresarial são mais eficientes do que as de tipo administrativo na afetação de recursos, quando o bem ou serviço fornecido é privado e é possível cobrar preços aos beneficiários do mesmo. São diversas as funções económicas do sector público prestadas através de organizações empresariais ou de tipo empresarial. A ciência económica estabelece duas condições necessárias, embora não suficientes, para a prestação pública decorrer sob forma empresarial. Trata-se de características técnicas do bem ou serviço a prestar à comunidade: existência de rivalidade no consumo (*i.e.*, o bem ser privado) e possibilidade de exclusão de consumidores. Reunidas estas condições, a eficiência na afetação de recursos recomenda o financiamento do custo da sua provisão através de preços cobrados diretamente aos consumidores. Nestas condições, para bens com estas duas propriedades, a oferta dos mesmos deve ser capaz de identificar os custos do seu fornecimento bem como de consignar a receita dos preços ao financiamento da provisão. A empresa especializada no fornecimento de determinado bem ou serviço é uma forma organizativa particularmente adequada para garantir a identificação dos custos próprios desse produto em concreto e a consignação da receita. Por outro lado, a legislação de muitos países, como é o caso da portuguesa, permite um maior grau de liberdade na gestão da provisão de bens e serviços a estruturas de tipo empresarial do que a estruturas de tipo administrativo. O leitor interessado em aprofundar esta temática encontra uma explicação económica mais desenvolvida em Baleiras *et al.* (2018),¹ pp. 20–24 e 27–28.

8. A análise do Sector Empresarial do Estado (SEE) complementa outras coleções elaboradas pela UTAO. Historicamente, o sector público deteve um elevado número de estruturas de tipo empresarial que não consolidava contas com o sector institucional das Administrações Públicas (AP). A prestação de contas pública, sistemática e tempestiva sobre a situação económico-financeira destas estruturas foi globalmente deficiente, particularmente no retrato da posição consolidada entre as vertentes administrativa e empresarial do sector público. Na primeira metade da década passada, ocorreu um emagrecimento significativo no sector público empresarial, por via da extinção e fusão de unidades, a par da reclassificação estatística da maioria das empresas públicas. Uma parte significativa do sector público empresarial (aos três níveis de jurisdição territorial: central, regional e local) passou a estar integrada no sector institucional das AP, sob a forma de Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, da Administração Regional ou da Administração Local. Fruto desta reclassificação, as coleções da UTAO que acompanham a dívida, assim como a programação e a execução orçamentais das AP, refletem forçosamente os contributos das empresas públicas assim reclassificadas para o desempenho das AP e de cada um dos seus subsectores. Porém, fazem-no com três limitações. Em primeiro lugar, utilizam o único sistema contabilístico que o Ministério das Finanças possui (ainda) para agregar contas das unidades orgânicas das AP, que é a contabilidade orçamental em base de caixa. Este sistema é insuficiente para caracterizar a atividade económica de qualquer unidade orgânica, seja ela empresarial ou não. Em segundo lugar, a informação disponível para as análises da UTAO naquelas coleções não permite identificar o contributo individual nem coletivo das empresas reclassificadas para os resultados das AP. Em terceiro lugar, ao focarem-se no universo AP, aquelas coleções não conseguem monitorizar o comportamento das empresas públicas pertencentes a outros sectores institucionais. Este relatório visa suprir, pelo menos em parte, estas três limitações. A presente análise baseia-se no subsistema financeiro da contabilidade das próprias empresas públicas, recorrendo a indicadores que proporcionam uma visão

¹ BALEIRAS, Rui Nuno, DIAS, Rui e ALMEIDA, Miguel (2018). [Finanças Locais: Princípios económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987](#). Coleção Livros do CFP, n.º 1, Lisboa: Conselho das Finanças Públicas. Disponível nos formatos ePUB e PDF, Consult. 12/Maio/2023.

sinóptica sobre a situação económico-financeira destas entidades. São consideradas não apenas as empresas que integram as AP, mas também as que estão classificadas noutros sectores institucionais; pela sua expressão material, avulta o das empresas financeiras. A terminar, reconheça-se que a informação tratada ao longo das próximas páginas tem dois óbices ao nível da consolidação de contas, inultrapassáveis por os indicadores advirem diretamente dos sistemas de informação contabilística de cada empresa. Primeiro, não permitem o retrato consolidado do universo empresarial público. Segundo, não permitem o retrato consolidado do sector público, empresarial e administrativo.

9. A informação utilizada tem por base o Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) tendo sido divulgada pela UTAM. Esta informação abrange 129 empresas do chamado “Sector Empresarial do Estado” (SEE), de um total de 141 nas quais o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, encontrando-se atualizada a 21 de abril de 2023. A informação contabilística foi prestada pelas empresas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

10. O universo em análise nesta coleção abrange apenas as empresas tituladas ou dominadas pelo Estado. Esta limitação de âmbito decorre do acesso à informação. Tal como nas demais coleções, a UTAO depende de informação primária produzida por outras instituições para realizar as suas análises. A Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), pertencente ao Ministério das Finanças, recolhe, trata e publica informação contabilística apenas sobre as empresas na órbita do subsector Estado (o SEE) e não necessariamente todas. Conforme referido no seu [portal Internet](#), a informação produzida pela UTAM “cobre a totalidade das empresas do SEE em que o Estado tem influência dominante e o acionista é a DGTF ou uma empresa por si detida, direta ou indiretamente”. No futuro, e em função do acesso a mais informação e do alargamento da capacidade analítica da Unidade, é pretensão da UTAO que o universo de análise possa abranger também as empresas públicas tituladas ou dominadas pelas Administrações Regional (SER) e Local (SEL).

Tabela 1 – Caracterização das empresas públicas: SEE, SEL e SER
(número de empresas)

SEE - Empresas em SiRIEF	141	SEL - Empresas Locais	170
Empresas Não financeiras	132	<i>Por sector de atividade:</i>	
Empresas Financeiras	9	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1
Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)	79	Indústrias transformadoras	4
Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR)	62	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2
		Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	50
		Construção	9
		Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2
		Transportes e armazenagem	14
SER - Sector Empresarial Regional	50	Alojamento, restauração e similares	2
SERAM - Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira ¹	25	Atividades de informação e de comunicação	1
		Atividades imobiliárias	15
SERAA - Sector Empresarial da Região Autónoma dos Açores ²	25	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	12
		Atividades administrativas e dos serviços de apoio	12
		Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	8
		Educação	6
		Atividades de saúde humana e apoio social	2
		Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	29
		Outras Atividades de serviços	1

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Portal Autárquico (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/atividade-empresarial-local/>), consultado em 15/maio/2023. Governo Regional dos Açores, Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Governo Regional da Madeira, Secretária Regional das Finanças. | Notas: 1 – Universo do SERAM, informação obtida em 15 de maio de 2023. 2 – Universo do SERAA em 30 de novembro de 2022.

11. Tendo em conta a heterogeneidade no universo de empresas que integram o SEE, são realizadas duas desagregações. A primeira tem em conta o sector de atividade económica predominante em que a empresa se insere, distinguindo entre Empresas Públicas Financeiras (EPF) — 9 empresas — e Em-

presas Públicas Não Financeiras (EPNF) — 132 empresas. A segunda desagregação reflete a classificação das empresas face ao sector institucional das Administrações Públicas, distinguindo entre as que o integram e, portanto, dentro dele consolidam contas (as chamadas Empresas Públicas Recllassificadas, EPR, 79 empresas) e as que pertencem a outros sectores institucionais (as Empresas Públicas Não Recllassificadas, EPNR, 62 empresas).² O universo e a repartição das empresas que integram o SEE decorem de informação estatística publicada pela UTAM, com base no SIRIEF (Tabela 1). Para esta análise, recorreu-se a uma bateria de indicadores financeiros, designadamente: receita total (volume de negócios e outras receitas), gastos totais (gastos operacionais e outros gastos), EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*, designação inglesa para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), EBIT (ou seja, resultados antes de juros e impostos), resultado financeiro, resultado líquido, *cash flow*, dívida, rentabilidade do ativo e rentabilidade do capital próprio. Na Tabela 1, apresenta-se, também, uma caracterização breve do universo do Sector Empresarial Regional (SER) e do Sector Empresarial Local (SEL), por sector de atividade.

12. A Caixa 1, p. 11, apresenta um pequeno glossário dos principais conceitos contabilísticos utilizados.

A especificidade das variáveis de contabilidade financeira, ainda tão incomum nos reportes e nas análises consolidadas de finanças públicas, justifica a inclusão do pequeno dicionário das variáveis usadas neste documento. Trata-se da Caixa 1 apresentada no final do Anexo.

13. Os indicadores económico-financeiros e a estrutura do relatório é a seguinte: o EBITDA e o resultado líquido são discutidos na Secção 2, as Receitas e os Gastos Totais na Secção 3 e a Dívida na Secção 4. A Caixa 1 apresenta um glossário, é apresentada em Anexo e encerra este relatório.

2 EBITDA e resultado líquido

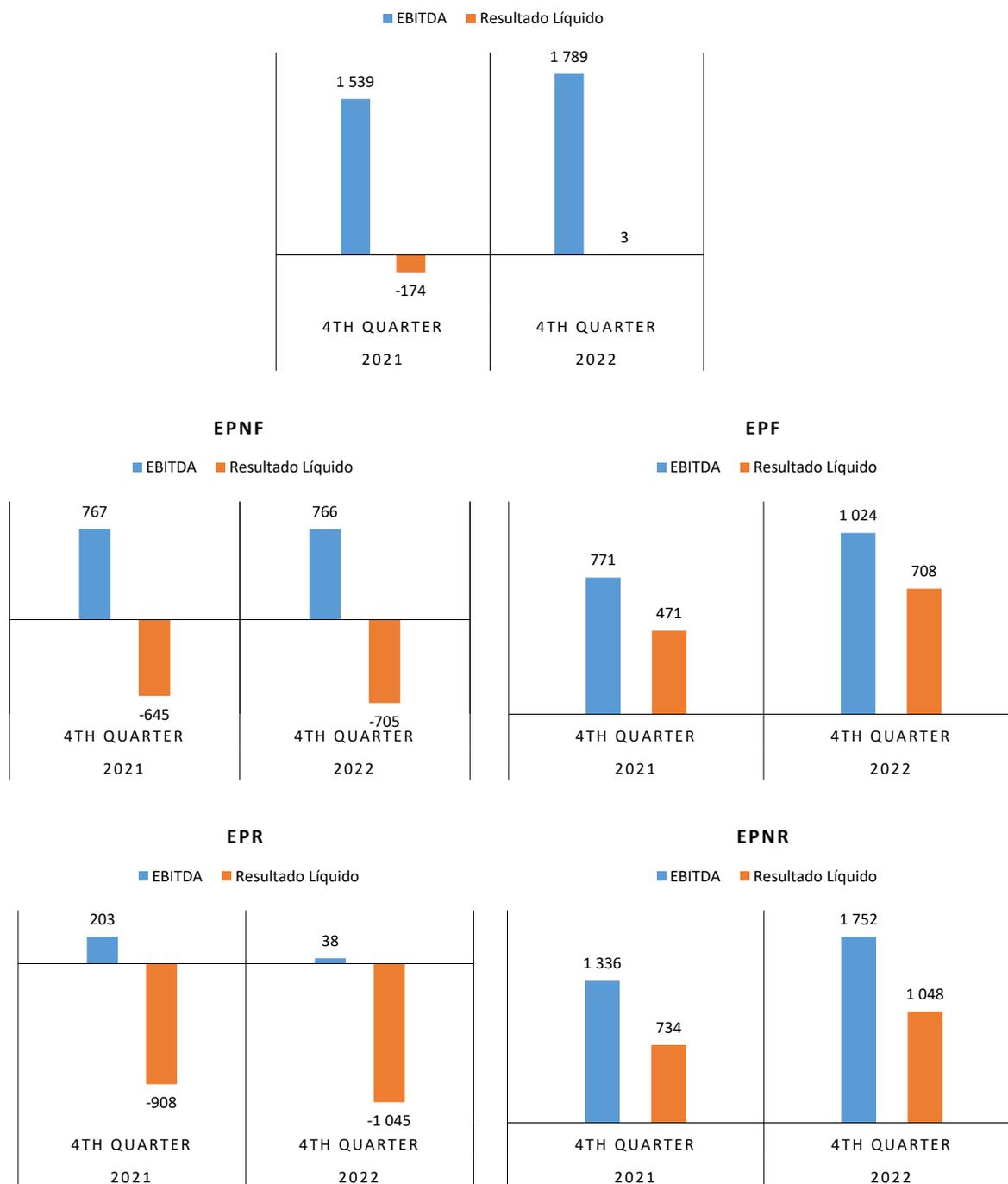
14. Em termos globais, as empresas que integravam o SEE em 2022 aumentaram os níveis de EBITDA e recuperaram o Resultado Líquido, que passou a apresentar-se positivo para o conjunto das empresas analisadas. Em termos desagregados, a melhoria do EBITDA registou-se nas EPF e nas EPNR, enquanto as EPNF e as EPR registaram uma degradação deste indicador face ao ano anterior. De igual forma, as EPF e as EPNR registaram uma melhoria homóloga do Resultado Líquido, ao passo que as EPNF e as EPR registaram uma diminuição do Resultado Líquido. O EBITDA alcançado pelo conjunto de empresas públicas que integravam o SEE (129 empresas observadas neste período, de um total de 141 empresas acompanhadas pela UTAM) aumentou 251 M€ em 2022, face ao ano homólogo: passou de 1539 M€ em 2021 para 1789 M€ em 2022. Relativamente aos Resultados Líquidos, registou-se uma melhoria homóloga de 177 M€, tendo recuperado de - 174 M€ em 2021 para 3 M€ em 2022. A evolução da situação financeira das empresas públicas, entre 2021 e 2022, não foi homogénea entre os vários subconjuntos do universo SEE:

- As EPF (nove de um total de nove) registaram níveis de EBITDA e Resultados Líquidos superiores aos alcançados por estas empresas no ano anterior em +252 M€ e +237 M€, respetivamente;
- As EPNR (120 de um total de 132) diminuíram muito ligeiramente os EBITDA, em cerca de 1 M€, mas de forma mais expressiva os Resultados Líquidos, em 60 M€, que já se apresentavam negativos em 2021;
- As EPR (68 de um total de 79) diminuíram os EBITDA em 165 M€ e os Resultados Líquidos em 137 M€;
- As EPNR (61 de um total de 62) registaram uma melhoria nos EBITDA de 416 M€ e nos Resultados Líquidos de 314 M€;
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 1 abaixo e a Tabela 2 presente no Anexo.

² As entidades que compõem o SEE distribuem-se, para efeitos de contabilidade nacional, entre a categoria de unidades institucionais "Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central" (nele cabendo as EPR) e os sectores institucionais "Sociedades Financeiras" (no qual se inserem as EPF não reclassificadas) e "Sociedades Não Financeiras" (agrupando as EPNR que não são reclassificadas).

15. Salienta-se a existência de duas assimetrias entre os vários agregados institucionais. Relativamente ao sector de atividade, o desempenho é melhor no sector financeiro do que no seu complementar. Quanto à relação com o sector institucional das AP, as empresas que nele estão classificadas (EPR) apresentam um desempenho global menos favorável do que as que estão fora do mesmo (EPNR).

Gráfico 1 – EBITDA e Resultado Líquido, 4.º Trimestre 2021 vs 4.º Trimestre 2022
(em milhões de euros)



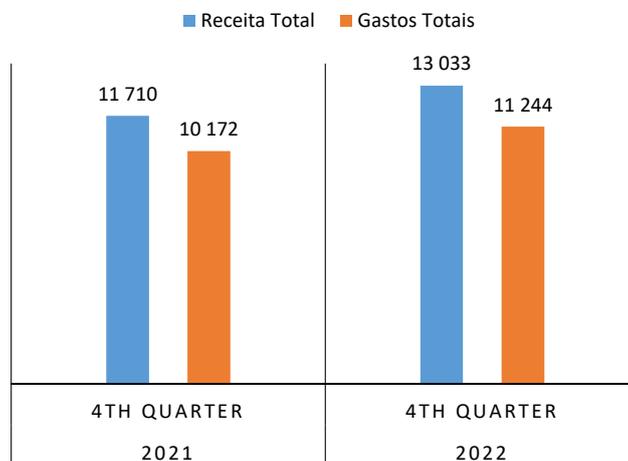
Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

3 Receitas e gastos totais

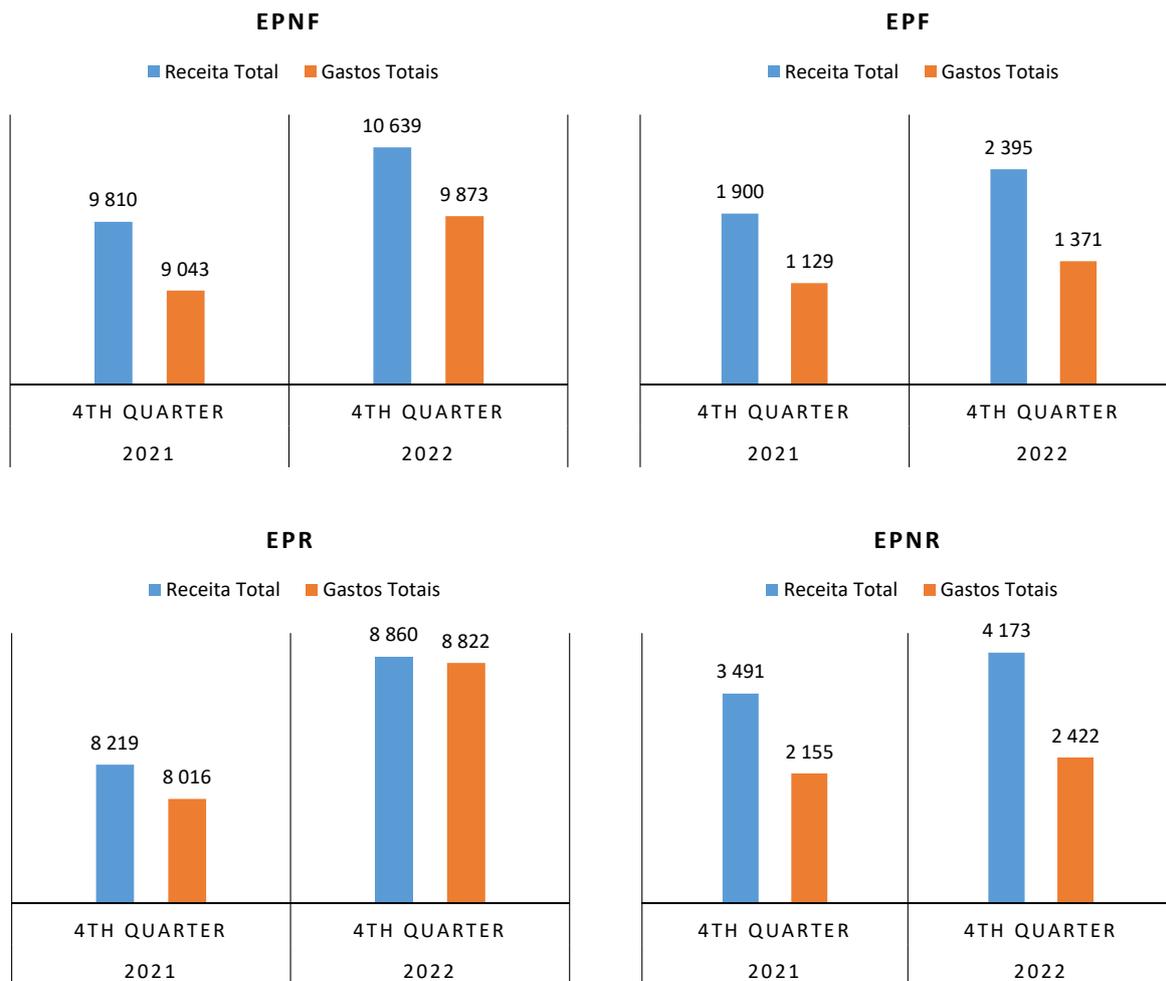
16. No seu conjunto, as empresas que integravam o SEE registaram, em 2022, aumentos da receita total e dos gastos totais, face ao ano anterior. O desempenho das EPF e das EPNR apresenta-se distinto na medida em que, coletivamente, a melhoria da receita total alcançada em 2022 superou largamente o acréscimo de gastos totais registado no mesmo ano. A receita total³ alcançada pelo conjunto de empresas públicas que integravam o SEE (129 de um total de 141) aumentou 1323 M€ (+11,3%) em 2022, passando de 11 710 M€ em 2021 para 13 033 M€ em 2022. Relativamente aos gastos totais, o crescimento foi de 1072 M€ (+10,5%), passando de 10172 M€ em 2021 para 11244 M€ em 2022. Assim, em 2022, registou-se um aumento da atividade económica das empresas que integram o SEE, quer por via do aumento da receita total quer dos gastos totais, com um impacto (líquido) agregado positivo (+251 M€), com reflexo direto no EBITDA alcançado. Os subconjuntos EPF e EPNR analisadas registaram um comportamento distinto dos seus complementares, na medida em que alcançaram, em 2022, melhorias da receita total que suplantaram o acréscimo de despesa total, conforme se evidencia seguidamente:

- As EPNF (120 de um total de 132) aumentaram a receita total em 828 M€ (+8,4%) e os gastos totais em 830 M€ (+9,2%);
- As EPF (9 de um total de 9) registaram um aumento na receita total de 494 M€ (+26,0%) e nos gastos totais de 242 M€ (+21,4%);
- As EPR (68 de um total de 79) aumentaram a receita total em 641 M€ (+7,8%) e os gastos totais em 805 M€ (+10,0%);
- As EPNR (61 de um total de 62) registaram um aumento na receita total de 682 M€ (+19,5%) e nos gastos totais de 266 M€ (+12,4%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 2 abaixo e a Tabela 2 presente no Anexo.

Gráfico 2 – Receita e gastos totais, 4.º Trimestre 2021 vs 4.º Trimestre 2022
(em milhões de euros)



³ O conceito "receita total" é utilizado pela fonte (UTAM) na aglutinação de empresas. Salvo melhor opinião, não parece ser a designação mais correta, nos termos do sistema contabilístico em uso (o SNC), para confrontar com o indicador "gastos totais". Ver definição de ambos os conceitos na Caixa 1, p. 11.



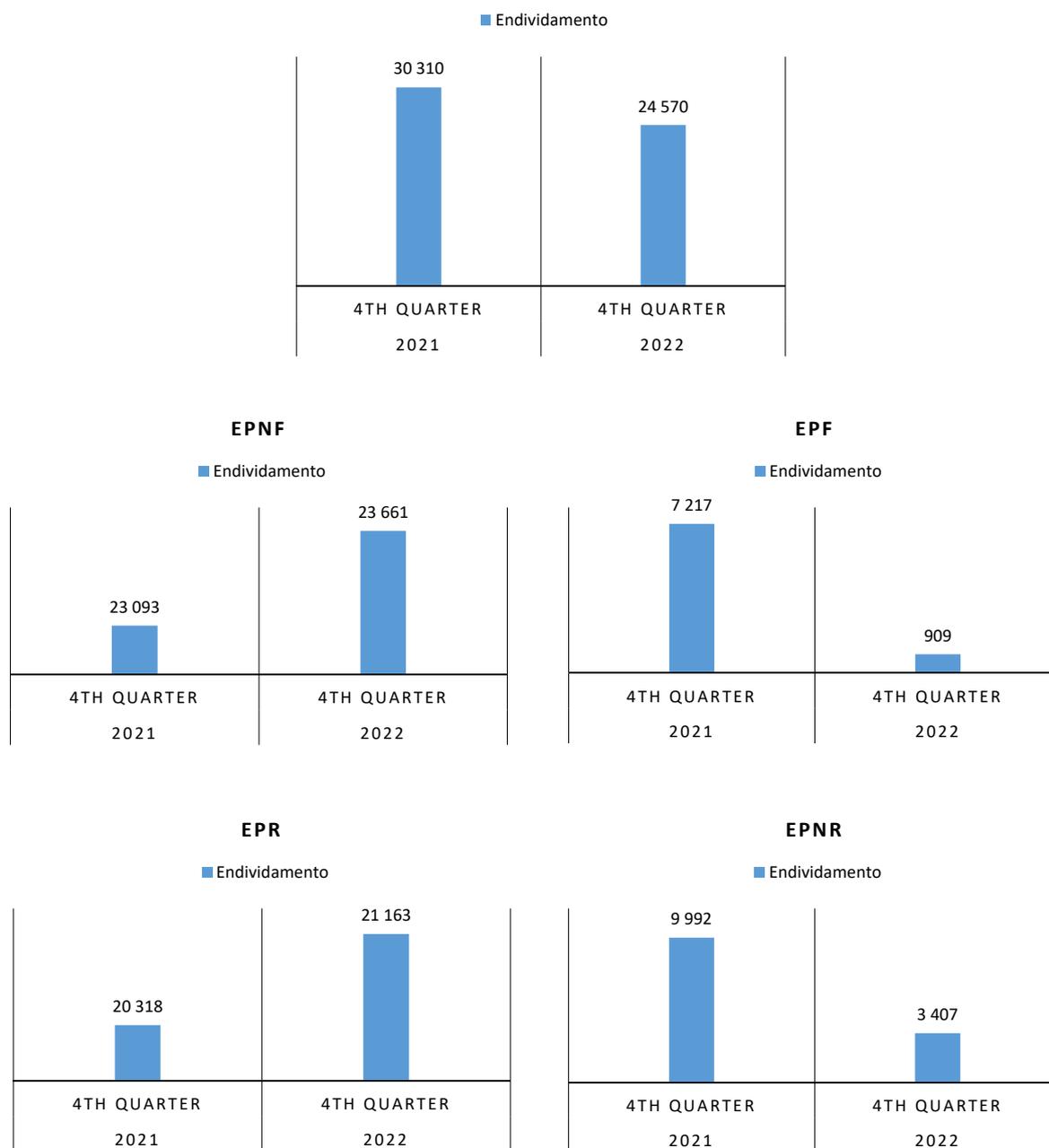
Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

4 Dívida

17. O stock global de dívida das empresas que integram o SEE diminuiu em 2022, com contributos heterogéneos das várias categorias de empresas públicas: diminuição da dívida entre as EPF e EPNR versus aumento da dívida nos subconjuntos EPNF e EPR. O stock de dívida registado pelo conjunto de empresas públicas que integram o SEE (129 empresas de um total de 141) diminuiu 5740 M€ (- 18,9%) em 2022, face ao ano anterior, de 30 310 M€ em 2021 para 24 570 M€ em 2022. Com efeito, os contributos para a diminuição ocorrida no stock global de dívida do SEE tiveram origem nas EPNR (- 6585 M€) e nas EPF (- 6307 M€). O comportamento destas empresas anulou a evolução ocorrida em sentido contrário entre as EPR e as EPNF, uma vez que se registou um aumento no stock de dívida detido por estas entidades que ascendeu a 845 M€ e 568 M€, respetivamente. Tendo em conta a classificação das empresas públicas que integram o SEE por área de atividade, EPNF/EPF, e a sua inclusão/exclusão do perímetro orçamental, EPR/EPNR, é possível concluir o seguinte:

- As EPF (9 empresas de um total de 9) registaram uma diminuição de 6307 M€ (- 87,4%) no seu stock de dívida, enquanto as EPNF (120 de um total de 132) aumentaram a sua dívida em 568 M€ (+ 2,5%);
- As EPNR (61 empresas de um total de 62) reduziram o stock de dívida em 6585 M€ (- 65,9%), evolução que foi parcialmente mitigada pelas EPR (68 empresas de um total de 79), que registaram um aumento da sua dívida em 845 M€ (+ 4,2%);
- Para maior detalhe, consultar o Gráfico 3 abaixo e a Tabela 2 presente no Anexo.

Gráfico 3 – Dívida, 4.º Trimestre 2021 vs 4.º Trimestre 2022
(em milhões de euros)



Fontes: Ministério das Finanças, UTAM — Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: Para maior detalhe sobre o universo e o número de empresas consideradas em cada um dos cálculos, consultar a informação mais detalhada constante do Anexo.

Anexo: Dados numéricos e terminologia do SEE

Tabela 2 – Situação Financeira do SEE: 4.º trimestre de 2021 vs 4.º trimestre de 2022

(em milhões de euros e em percentagem)

Universo (n.º de empresas)	SEE: 141 empresas		Emp. Não Financeiras: 132		Emp. Financeiras: 9		EPR: 79		EPNR: 62	
	N.º Empresas em análise 129 empresas		120		9		68		61	
Ano Trimestre	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.	4.º Trim.
Receita Total	11 710	13 033	9 810	10 639	1 900	2 395	8 219	8 860	3 491	4 173
Volume de negócios, Margem financeira (Emp. Financeiras)	9 541	10 914	7 908	8 924	1 632	1 990	6 494	7 405	3 047	3 509
Outras receitas	2 170	2 119	1 902	1 715	268	404	1 725	1 455	445	664
Gastos Totais	10 172	11 244	9 043	9 873	1 129	1 371	8 016	8 822	2 155	2 422
Gastos operacionais	9 438	10 541	8 896	9 617	542	924	7 987	8 655	1 451	1 885
Outros gastos	734	703	147	256	586,9	447,1	29	167	705	536
EBITDA	1 539	1 789	767	766	771	1 024	203	38	1 336	1 752
EBIT, Resultado antes de imposto (Emp. Financeiras)	584	675	-104	-240	688	915	-391	-625	975	1 301
Resultado Financeiro	-447	-401	-448	-403	1	2	-471	-428	24	26
Resultado Líquido	-174	3	-645	-705	471	708	-908	-1 045	734	1 048
Cash Flow	291	883	19	193	272	689	-502	-483	793	1 366
Endividamento	30 310	24 570	23 093	23 661	7 217	909	20 318	21 163	9 992	3 407
Rentabilidade do Ativo (RoA)	0,37%	0,43%	-0,17%	-0,37%	0,71%	1,00%	-0,77%	-1,17%	0,90%	1,26%
Rentabilidade do Capital Próprio (RoE)	1,82%	2,11%	0,53%	0,13%	5,49%	8,03%	-0,65%	-1,13%	5,42%	7,09%

Fontes: Ministério das Finanças, UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial e cálculos da UTAO. | Notas: (i) Para cada conjunto de empresas, são indicados, no cabeçalho das colunas respetivas, o número de empresas que integram o universo e o número de empresas que integram a informação apresentada. (ii) Tendo em conta a especificidade das empresas públicas financeiras, a principal componente da sua receita é designada por "margem financeira" (e não por "volume de negócios") e utiliza-se o conceito de "resultado antes de imposto" em vez de EBIT utilizado para as restantes empresas públicas.

Caixa 1 – Glossário de termos de contabilidade financeira

Cash Flow: é um indicador de liquidez utilizado para avaliar os resultados gerados pelas entidades no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as obrigações de curto prazo, sendo apurado da seguinte forma:

$$\text{Cash Flow} = \text{Resultado Líquido} + \text{Depreciações e Amortizações} + \text{Provisões e Imparidades}$$

Dívida: é a soma dos montantes contabilizados como Financiamentos Obtidos.

EBIT: designação inglesa para *Earnings Before Interest and Taxes*, correspondendo ao Resultado antes de Gastos de Financiamento e Impostos.

EBITDA: designação inglesa para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciations and Amortisations*, correspondendo ao Resultado antes de Gastos de Financiamento, Impostos, Depreciações e Amortizações.

Depreciação: é a perda no valor de um bem material decorrente do seu desgaste ou da perda de utilidade resultante do uso, da obsolescência (quando surge algo mais moderno) ou de ação da natureza. Computadores, máquinas e equipamentos, veículos e edifícios são exemplos de bens que sofrem depreciação. Existem diferentes taxas (percentagens) de depreciação consoante o método contabilístico escolhido e o bem em causa.

Amortização: é a perda no valor de um bem intangível, isto é, um bem imaterial. Exemplos são as licenças de software, os direitos autorais e os direitos de utilização de determinado espaço. A lógica da amortização pode ser apreendida nesta ilustração. A empresa comprou a concessão de um espaço público para fazer publicidade por um período de dez anos. Cinco anos volvidos, esse direito vale apenas metade; em cada ano, é registada na contabilidade uma amortização no valor de um décimo da despesa com a aquisição da concessão.

Gastos operacionais: corresponde à soma dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e dos Gastos com Pessoal.

Gastos totais: os gastos representam uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num ativo ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade. Gastos

totais corresponde à soma de todos os gastos, designadamente: dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), dos Gastos com o Pessoal, dos Gastos de Depreciação e de Amortização, das Perdas por Imparidade, das Perdas por Reduções de Justo Valor, das Provisões do Período, dos Outros Gastos e Perdas e dos Gastos e Perdas de Financiamento.

Receita total: é a expressão utilizada pela UTAM para designar a soma do "volume de negócios" com "outras receitas". Na terminologia do SNC corresponde ao conjunto de rendimentos auferido pela entidade contabilística. Os rendimentos representam um aumento de benefícios económicos futuros relacionado com o aumento dos ativos ou com a diminuição dos passivos e que pode ser quantificado com fiabilidade. Os rendimentos englobam: as Vendas, as Prestações de Serviços, as Variações nos Inventários da Produção, os Trabalhos Para a Própria Entidade, os Subsídios à Exploração, as Reversões, os Ganhos por Aumentos de Justo Valor, os Outros Rendimentos e Ganhos e os Juros e Outros Rendimentos Similares.

Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Capital Próprio: são indicadores de rentabilidade que avaliam o retorno gerado para o acionista face aos volumes do ativo e do capital próprio da entidade, respetivamente, sendo apurados do seguinte modo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Ativo}} \quad ; \quad \text{Rentabilidade do Capital Próprio} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

Resultado antes de imposto: no caso das empresas financeiras, atenta a sua especificidade, apresenta-se o resultado antes de imposto.

Resultado Líquido: representa a diferença entre os rendimentos e os gastos em cada período.



UTAO | UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

AV. DOM CARLOS I, N.º 128 A 132 | 1200-651 LISBOA, PORTUGAL

https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/UTAO_UnidadeTecnicaDeApoioOrcamental.aspx